

HERITAGE ASSET: ESTUDO DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO MUSEU DO SERIDÓ-RN

Diego Dartanhan Medeiros de Brito¹
Luziana Maria Nunes de Queiroz²
Mayara Bezerra Barbosa³
Daianny Grasielly de Assis Dantas⁴
Tágliã Nara Medeiros Bezerra de Souza⁵

Resumo: A mudança na contabilidade aplicada ao setor público, com foco no aspecto patrimonial, apresenta desafios significativos na transparência e prestação de contas, principalmente em relação aos ativos com valor histórico e cultural, conhecidos como *heritage assets*. Entidades, como os museus, possuem esses ativos de relevância simbólica, mas enfrentam dificuldades de mensuração e reconhecimento. Diante desse cenário, a pesquisa possui como objetivo geral diagnosticar a gestão do patrimônio dos *heritage assets* no Museu do Seridó-RN. Para isso, adotou-se um estudo de caso descritivo com abordagem qualitativa. Os procedimentos envolveram uma análise documental do Plano Museológico e de relatórios da instituição, além de uma entrevista estruturada com o gestor responsável pelo museu. Os resultados demonstraram uma ausência completa de mensuração e reconhecimento dos *heritage assets* nas demonstrações da entidade, evidenciando uma lacuna significativa na transparência pública. A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender e avaliar a gestão do patrimônio cultural dos museus, colaborando com a preservação histórica e cultural regional, além de avançar no conhecimento na área, que sofre com uma ausência de pesquisas e uma omissão normativa.

Palavras-Chave: *heritage assets*; patrimônio cultural; gestão patrimonial; aspectos contábeis; Museu do Seridó.

¹Graduado em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); E-mail: dartanhan.brito.700@ufrn.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8688-556X>.

²Doutora pelo PRODEMA UFRN; Professora e Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); E-mail: luziana.maria@ufrn.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0365-3029>.

³Doutora em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB); Professora Adjunta do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); E-mail: mayara.bezerra@ufrn.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4620-3415>.

⁴Graduanda em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); E-mail: daianny.dantas.075@ufrn.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-8246-5929>.

⁵Graduada em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); E-mail: taglianara@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7322-0313>.

1. Introdução

A mudança da contabilidade aplicada ao setor público, principalmente quanto à transição do ponto de vista orçamentário para o patrimonial, trouxe diversos desafios em termos de transparência e prestação de contas das entidades públicas. Essas demandas por mudança provêm de grupos de interesses diversos que buscam informações contábeis de qualidade que atendam finalidades distintas (Neco, 2013). Um desses desafios enfrentado é a mensuração do patrimônio público, especialmente em um contexto onde ativos possuem valor cultural e histórico significativo (Niyama; Silva, 2022).

Dentro dessa perspectiva encontram-se os museus, que, devido a sua natureza, é composto por bens que possuem relevância simbólica para uma determinada comunidade. Estudos indicam que os museus internacionais enfrentam dificuldades na adoção de boas práticas contábeis, principalmente na mensuração dos *heritage assets* adquiridos sem contraprestação (Hassan; Saad; Ahmad; Salleh; Ismail, 2016).

Introduzido por Barton (2000), os *heritage assets* são ativos físicos que possuem importância cultural, histórica, recreativa ou ambiental, e são mantidos pelo governo para fins de preservação do patrimônio, recreativo e outros propósitos comunitários, que não sejam para geração de renda e para a administração governamental. Além disso, a escolha dos critérios de mensuração e reconhecimento trazem muitas reflexões, isso porque a escolha das bases de mensuração é diversa e partem de um modelo de decisão de cada usuário (Pires; Niyama; Beuren; Ott, 2022).

É evidente que a discussão que gira em torno da transparência contábil do patrimônio cultural é prejudicada pela própria natureza intrínseca desses bens e pela ausência de sinais confiáveis de mercado (Biondi; Lasplesley, 2014). Isso evidencia a dificuldade dos museus brasileiros em mensurar, de forma confiável, os *heritage assets* que compõem o seu acervo, e dificulta a transparência por parte dessas entidades públicas.

O Museu do Seridó, localizado na cidade de Caicó-RN, é um centro de referência em formação, reflexão e pesquisa sobre a história do Seridó Potiguar. O respectivo Museu universitário está vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e possui um acervo patrimonial de bens públicos.

Portanto, o processo de reconhecimento e mensuração dos bens culturais é fundamental para a preservação e manutenção do patrimônio cultural da região Potiguar, além de consumir a transparência do patrimônio público vinculado à UFRN. Diante do exposto, chegamos ao seguinte questionamento: **Como é realizada a gestão do patrimônio dos *heritage assets* no Museu do Seridó-RN?**

Essa pesquisa tem como objetivo geral diagnosticar a gestão do patrimônio cultural do Museu do Seridó-RN. Dessa forma, para que o problema de pesquisa seja atendido, define-se os seguintes objetivos específicos: (i) Identificar fundamentos conceituais que caracterize o reconhecimento e mensuração do patrimônio cultural; e (ii) evidenciar o tratamento contábil dos *heritage assets* no patrimônio cultural do Museu do Seridó-RN.

A importância da presente pesquisa reside na necessidade de compreender e avaliar a gestão do patrimônio cultural dos Museus, uma vez que esse patrimônio desempenha um papel crucial na preservação e divulgação da história local, garantindo uma identidade cultural para a região.

Além disso, um problema enfrentado é a falta de modelos claros e objetivos de gestão, reconhecimento e evidenciação dos patrimônios culturais, as pesquisas na área ainda carecem de um direcionamento definido. Bem como, as normas brasileiras ainda se apresentam omissas em grande parte do tema, oferecendo apenas orientações conceituais e exemplificativas acerca desses ativos.

Portanto, esta pesquisa visa contribuir para o avanço do conhecimento na área da gestão patrimonial cultural de museus universitários, através de um estudo sobre o patrimônio do Museu do Seridó-RN.

2. Fundamentação teórica

2.1. *Heritage Assets*

Os *heritage assets*, também conhecidos como ativos culturais, possuem características bastante específicas dentro de um contexto contábil. Conforme Barton (2000) esses ativos culturais possuem importância histórica, recreativa, ambiental ou cultural, mantidos pelo governo com a finalidade de preservação do patrimônio. Esses ativos são geralmente definidos como bens físicos que uma determinada comunidade pretende preservar de forma indefinida (Hassan *et al.*, 2016).

A definição de *Heritage Asset* também se encontra prevista na *International Public Sector Accounting Standards 17 – Property, Plant and Equipment* (2010), compreendendo aqueles que possuem características culturais, ambientais e históricas. A norma ainda traz exemplos desses bens, que incluem edifícios e monumentos históricos, sítios arqueológicos, áreas de conservação e reservas naturais e obras de arte.

Hooper, Kearins e Green (2005) reforça a singularidade desses bens ao afirmar que esses são insubstituíveis e não possuem valor de mercado ou valor justo. O autor ainda afirma que os ativos culturais atendem a definição de ativo imobilizado, entretanto possuem uma natureza específica, que o torna inviável de depreciar ou de atribuir preço. Portanto, a utilização de normas contábeis comerciais não captura a sua natureza específica, que é a de preservar a história e a cultura de uma nação (Barton, 2005).

Geralmente o seu valor público – cultural, ambiental, educacional e histórico – não se reflete em um valor financeiro baseado puramente no preço de mercado (Biondi; Lapsley, 2014; Aversano; Christiaens; Polcini; Sannino, 2019). Dessa forma, os *heritage assets* não são mantidos para a geração de rendimento, mas sim, com o objetivo de preservar indefinidamente a cultura e a história local (Hassan *et al.*, 2016). Como consequência dessas características intrínsecas, é desafiador reconhecer os *heritage assets* como um ativo governamental (Aversano *et al.*, 2019).

Os ativos culturais possuem uma vida útil indefinida e o seu valor tende a aumentar ao longo dela, mesmo que sua condição física deteriore (Biondi; Lapsley, 2014; Aversano *et al.*, 2019). Além disso, esses bens não só possuem restrições ou proibições para sua alienação, como também não têm preço de compra ou custo de aquisição relevante (Barton, 2000; Biondi *et al.*, 2014). Esse conjunto de características não financeiras dificulta o tratamento

contábil para os *heritage assets*, fazendo com que sejam mantidos, na grande maioria das situações, pelo setor público e não por entidades com fins lucrativos (Aversano *et al*, 2019).

As dificuldades tanto no aspecto da mensuração em termos financeiros, quanto no aspecto de reconhecimento nas demonstrações são evidentes dentro da comunidade museológica (Pires *et al.*, 2022). Além disso, as manifestações dos profissionais que compõem esse meio são no sentido do não tratamento contábil desse bem, uma vez que os *heritage assets* possuem uma natureza específica, que o torna inviável de depreciar ou de atribuir preço (Hooper; Kearins; Green, 2005).

Entretanto, os ativos culturais são responsáveis pelo desenvolvimento contábil tanto de pequenos negócios, como da região como um todo, visto que atrai muitos turistas que buscam obter uma diversidade de atividades como, por exemplo, conhecimento e lazer (Júnior; Marques; Freire, 2016). Apesar de não possuírem como objetivo principal a geração de benefícios econômicos (Wolf; Chistiaens; Aversano, 2020), os *heritage assets* são mantidos principalmente para fins sociais (Aversano *et al*, 2019). Esses fins evidenciam o seu potencial de serviço público.

Ademais, a inclusão desses ativos no balanço patrimonial abre a possibilidade de venda ou de uso econômico (Napier; Giovannoni, 2021). Não obstante as dificuldades, os ativos culturais devem ser mensurados, evidenciados e divulgados nas demonstrações financeiras das entidades do setor público como um ativo, haja vista que possuem o benefício econômico futuro ou o potencial de serviço público. Tamanho é sua importância que as Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP) e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) trouxeram características sobre a sua natureza. A tabela 01 apresenta essas especificações de forma resumida.

Tabela 1. Características Qualitativas dos Bens Culturais.

Norma	Características Qualitativas
MCASP (2025)	<ol style="list-style-type: none"> Os procedimentos de reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados devem ser aplicados também para bens do patrimônio cultural; O patrimônio cultural é classificado como bens de uso comum do povo; O poder público deverá promover o acatamento e preservação desses bens; Os bens culturais podem ser classificados como intangíveis, apesar de serem raramente reconhecido;
NBC TSP 07	<ol style="list-style-type: none"> Seu valor em termos cultural, ambiental, educacional e histórico é improvável de ser totalmente refletido em valor financeiro baseado a preços de mercado; Obrigações legais e/ou estatutárias podem impor proibições ou severas restrições à sua alienação por venda; São geralmente insubstituíveis e seus valores podem aumentar ao longo do tempo, mesmo se sua condição física se deteriorar; Pode ser difícil estimar sua vida útil, que, em alguns casos, pode ser de centenas de anos;

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Dessa forma, a busca por um modelo contábil que capture a natureza intrínseca dos *heritage assets* é essencial para as entidades que possuam a guarda desses bens. É notável que

a grande maioria dessas entidades são públicas e, por isso, merecem especial atenção, afinal, ainda se faz necessário desenvolver metodologias que reflitam adequadamente os atributos desses ativos culturais, propiciando maior transparência e prestação de contas da gestão desses bens (Pires et al., 2015) Além disso, a gestão transparente desses bens salvaguarda o valor histórico, cultural e ambiental de uma nação.

2.2. Mensuração, reconhecimento e divulgação.

Apesar da tentativa de padronização da norma, é evidente na literatura que ainda há grande heterogeneidade em relação aos aspectos contábeis dos *heritage assets* (Ferri; Sidaway; Carnegie, 2021; Peris et al., 2022). Há uma inadequação da teoria neoclássica para avaliação desses bens culturais, uma vez que métodos tradicionais de valor em uso e valor justo falham ao capturar adequadamente o real valor histórico desses ativos (Stanton; Stanton, 1997).

Segundo Pires, Ribeiro, Niyama e Pereira (2015), para as práticas adotadas em museus, há uma predominância na utilização do custo histórico como base de mensuração no reconhecimento inicial. Ademais, entre os principais métodos utilizados para a reavaliação subsequente dos *heritage assets* encontram-se: (i) o Valor de Mercado de Itens Similares; (ii) o Julgamento Profissional; e (iii) o Custo de Reposição Depreciado (Pires et al., 2022).

Aversano et al. (2019) segue na mesma linha de visão, observando que, em aquisições onerosas, o custo histórico é o mais adequado para representar o valor inicial do ativo. O mesmo autor pondera que, caso haja um mercado ativo e a intenção de venda pela entidade detentora dos bens culturais, um valor justo poderia ser determinado.

No âmbito normativo, a Norma Brasileira de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP) 07 faculta o reconhecimento do patrimônio cultural como um ativo imobilizado, desde que atende os critérios de reconhecimento desses ativos. Contudo, ao optar pelo reconhecimento, a entidade museológica enfrenta desafios com os aspectos de mensuração e, conseqüentemente, de divulgação.

A NBC TSP 07 indica o custo de aquisição para a mensuração inicial e, subsequentemente, o modelo de reavaliação a valor justo, a depreciação e o ajuste a valor recuperável. No entanto, a própria natureza singular desses ativos impõe restrições a esses métodos de mensuração (Stanton; Stanton, 1997; Barton, 2005; Biondi; Laspsley, 2014; Aversano et al., 2019; Ferri; Sidaway; Carnegie, 2021; Pires et al., 2022).

Por sua vez, *heritage assets* recebidos sem contraprestação devem ser reconhecidos somente se o valor justo do ativo puder ser mensurado de forma confiável, além de atender aos demais critérios de reconhecimento do ativo imobilizado (NBC TSP 01). Nesses casos, a mensuração inicial deve ser realizada a valor justo no data de aquisição do item.

Ademais, a depreciação dos bens culturais é inviável diante da vida útil indeterminada de muitos desses ativos (Biondi; Laspsley, 2014; Aversano et al., 2019). Por outro lado, a reavaliação a valor justo depende da existência de um mercado ativo para esses itens, além de que muitos deles são detidos principalmente pelo setor público e não possuem valor financeiro, dificultando ainda mais a reavaliação (Biondi; Laspsley, 2014; Hassan et al., 2016; Aversano et al., 2019).

Quanto aos aspectos de reconhecimento, a literatura argumenta que os *heritage asset* deveriam ser reconhecidos separadamente dos demais ativos, como “ativos de serviços” ou

“bens comunitários”, enfatizando a sua função de preservação cultural e a dificuldade de valoração e alienação (Stanton; Stanton, 1997; Barton, 2000). Isso distânciava os ativos culturais da natureza de ativos puramente econômicos.

Biondi e Laspsley (2014) resumem três possibilidades para contabilizar esse tipo de ativo: (i) atribuir um valor aos bens patrimoniais e reconhecê-los no balanço patrimonial; (ii) atribuir um valor que seja razoável e relevante, e incluí-los nas notas explicativas; e (iii) não atribuir valor (por ser difícil a sua mensuração) e reconhecê-los de forma qualitativa;

Ademais, diversos museus internacionais divergem quanto aos aspectos de reconhecimento. Em museus como o British Museum (BM) e o National Museum of Australia (NMA) reconhecem patrimonialmente os bens adquiridos, enquanto o Canterbury Museum (CNZ) contabiliza o custo de aquisição como despesa (Hassan *et al.*, 2016). Ainda, museus localizados nos Estados Unidos, Canadá e Brasil tendem a não reconhecer esses ativos em suas demonstrações, em contraste com museus da Nova Zelândia, Austrália, Peru e Argentina, que capitalizam seus *heritage assets* (Pires *et al.*, 2015).

O MCASP (2024) trata os ativos culturais como bens do Ativo Imobilizado, e assim requisita a sua evidenciação nas demonstrações contábeis da entidade. Além disso, o manual fornece uma série de recomendações de divulgação, devendo a entidade evidenciar os critérios utilizados para determinar o valor do item, os métodos de depreciação utilizados, a vida útil ou a taxa de depreciação e a conciliação do valor contábil inicial e final.

Por último, a norma NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado (2017) deixa claro que itens de patrimônio cultural devem ser tratados como ativo imobilizado, e assim reconhecidos e divulgados nas demonstrações da entidade pública controladora.

2.3. Gestão Patrimonial nos Museus

O ponto de partida para gerenciar qualquer patrimônio é obter informações sobre ele. Essas informações são obtidas através de registros que compreendem a aquisição, conservação, empréstimo e todo o controle interno do patrimônio. O planejamento e a organização que contemplam a gestão patrimonial dos museus são chamados de políticas de gestão de acervos (Augustin; Barbosa, 2018).

Através da definição de políticas e formas de registro, é possível escolher os objetos que irão compor a coleção do museu, bem como a riqueza de detalhes de cada um deles. Esse trabalho deve ser feito de forma consciente, justificada e planejada pela administração local. Além disso, cada museu possui as suas particularidades regionais que irão constituir sua missão, tipologia e estrutura. Assim, os critérios e regras pertencentes ao controle interno devem estar alinhados com esses termos (Paaskoski; Ekosaari; Jantunen; Panisset, 2014)

Embora não haja uma única abordagem, algumas diretrizes gerais são frequentemente seguidas. O International Council of Museums (ICOM) fornece diretrizes éticas e profissionais para a gestão de coleções museológicas.

Por isso, é fundamental notar que a contabilidade em museus muitas vezes envolve uma combinação de abordagens contábeis tradicionais e práticas específicas para refletir a natureza única dos ativos culturais; uma vez que o controle do patrimônio de um museu envolve

práticas de gestão cuidadosas para garantir a preservação, documentação e segurança dos objetos em suas coleções.

Padilha (2014) pontua que os profissionais responsáveis pela gestão do museu devem realizar ações como: interpretar, organizar, documentar, recuperar e disponibilizar informações atreladas aos objetos museológicos e às práticas administrativas que fazem parte do controle interno da instituição. Essas práticas irão contribuir para o processo de prestação de contas à sociedade e garantir as funções sociais, culturais e de pesquisa do museu.

Isso posto, é evidente que a gestão patrimonial em museus vai além da mera catalogação de objetos, que, apesar de ser um pilar fundamental, não é suficiente para evidenciar o valor histórico do patrimônio cultural. A integração entre políticas de gestão de acervos, uma contabilidade eficiente e um controle interno rigoroso é crucial para que os museus cumpram sua função social como entidade pública.

3. Método de pesquisa

A pesquisa caracterizou-se como descritiva, tendo em vista a descrição dos aspectos conceituais e normativos dos *heritage assets*, bem como as suas características. A pesquisa descritiva ocorre quando um dos objetivos é a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (Gil, 2008).

Apesar da existência de obras tombadas e patrimônios reconhecidos em nível de legislação, muitas entidades brasileiras ainda não apresentam evidências de patrimônio cultural contabilizado (Campos *et al.*, 2016; Freire *et al.*, 2022). Dessa forma, a pesquisa utilizou-se da revisão de literatura para identificar, em trabalhos internacionais, achados e evidências sobre a mensuração, reconhecimento e divulgação dos *heritage assets*. A revisão de literatura ocorre quando se busca resultados em diversas bases literárias, a fim de investigar achados de outros pesquisadores (Soares; Picolli; Casagrande, 2018).

A coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista aplicada ao historiador, servidor da UFRN, lotado no Museu de Seridó, responsável pela gestão patrimonial. A reunião foi realizada via meet, no dia 20 de março de 2024, em que foram aplicadas 20 questões abertas, divididas em três blocos, sendo respectivamente sobre a caracterização do respondente, caracterização do museu e o terceiro sobre a gestão do patrimônio cultural do Museu do Seridó. Além disso, a coleta de dados se deu por meio de análise documental do Plano Museológico do Museu do Seridó e Relatório Anual, documentos de acesso livre ao público e disponíveis no site oficial do museu.

Segundo Richardson (1999) o questionário é uma entrevista estruturada, em que o entrevistador e a pessoa entrevistada estão presentes em dado momento, e pode argumentar com o outro. Entre as vantagens desse tipo de pesquisa está a economia do tempo e o menor risco de distorção das perguntas (Gil, 2008).

4. Resultados e Discussões

4.1. Museu do Seridó-RN

A criação do museu ocorreu em 1962, por iniciativa do Padre Antenor Salvino de Araújo. O museu inicialmente foi nomeado Museu Pena de Ouro, por causa de uma caneta de ouro doada ao acervo do museu, pela família de Felipe Guerra, e em 1973, por meio da Lei Municipal nº 486 de 13 de janeiro de 1973, a prefeitura doou o prédio do antigo Senado de Câmara e Cadeia, para instalação do museu que, naquele mesmo ano, passou a chamar-se Museu do Seridó, no qual mantém como sede até a presente pesquisa, vide Figura 1.



Figura 1. Foto da sede do Museu do Seridó-RN
Fonte: Museu do Seridó, 2023

Em 1978, o padre Antenor Salvino decidiu afastar-se da diretoria e ofereceu a gestão ao Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES). Na administração do CERES, tornando-se um museu universitário, o Museu do Seridó enfrentou ao longo das décadas seguintes uma série de suspensões de atividades e reaberturas.

Em 1999, a UFRN instituiu o Museu do Seridó como Unidade Suplementar, vinculada ao CERES, com objetivo de desenvolver atividades de apoio ao ensino, pesquisa e extensão, bem como para a realização de suas atividades específicas, levando-se em conta sua natureza, missão, visão, valores, objetivos e funções básicas (Plano Museológico do Museu do Seridó, 2021).

Conforme entrevista concedida em 20 de março de 2024, na cidade de Caicó-RN pelo historiador, lotado no Museu de Seridó, desde de 2019, a última reabertura do Museu se deu em 2019. Todavia, observa-se que entre o período de 2020 a 2021, diante do cenário

pandêmico, as atividades estiveram comprometidas, o que marca ainda mais essa dificuldade de continuidade enfrentada pelo museu.

Dentre as suas atividades, o Museu do Seridó incentiva o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, configurando-se em um espaço aberto para atender docentes, discentes e pesquisadores interessados em trabalhar diferentes recortes temáticos relacionados à realidade da instituição. Além disso, o setor educacional desempenha um papel fundamental na gestão dos *heritage assets* do Museu do Seridó. Por meio de programas educativos, o Museu compartilha conhecimentos sobre a importância da história local, promovendo a preservação e proteção dos *heritage assets* através da educação, conforme citado pelo entrevistado.

De acordo com o Plano Museológico do Museu do Seridó (2021), o fortalecimento e ampliação de relações institucionais favorecem o intercâmbio técnico, científico e cultural, possibilitando avanços na gestão política, técnica e administrativa do MDS/UFRN, como também pode lhe garantir um maior alcance de público, visibilidade e pluralidade de ações. As parcerias mais consistentes envolvem a UFRN e suas unidades, mais especificamente:

a) Pró-reitoria de Extensão (PROEX) e sua Coordenadoria de Cultura, Museus e Memória (CCMM), responsável por articular propostas mais consistentes na área museológica na UFRN;

b) Rede Universitária de Museus da UFRN (RUMUS), instituída através da RESOLUÇÃO nº 005/2014-CONSUNI, em 15 de agosto de 2014, com o objetivo de discutir, propor e desenvolver diretrizes para a política museológica da UFRN. A Rede, da qual o MDS/UFRN faz parte, é um espaço substancial para promover a cooperação entre os 16 museus da UFRN, com vistas ao desenvolvimento de ações museológicas, educacionais e culturais;

c) Centro de Ensino Superior do Seridó - CERES/UFRN, unidade a qual o MDS/UFRN está vinculado e responsável por viabilizar mão-de-obra e apoio técnico para o Museu. Além disso, o CERES é o ancoradouro de muitas das ações museais de extensão e de pesquisa, através de projetos de ensino e de extensão. Atua também com contribuições de investigações, no campo da História (graduação, mestrado e um Laboratório de Arqueologia e Laboratório de Documentação Histórica) e áreas correlatas, como Geografia (graduação e mestrado) e Pedagogia (graduação), que são polos de interlocução para o desenvolvimento do Museu.

d) Diretoria Regional de Educação e Cultura e dos Desportos (10ª Dired), a partir de ações coordenadas com a Diretoria Regional de Caicó, é possível apresentar um plano anual de ações voltado às escolas da região, visando a ampliação das ações educativas do MDS/UFRN.

e) Instituições culturais da região do Seridó: Além da UFRN, é imprescindível estreitar laços políticos, colaborativos e sociais com outras instituições culturais da região do Seridó potiguar, como: Memorial Quixabeira, Museu de Acari, Museu Municipal Tropeiros do Seridó (Mumutrops), Museu Histórico de Currais Novos, Museu Municipal Antônio de Azevedo Maia (Jardim do Seridó), Geoparque Seridó e Casas de Cultura.

É prevista ainda a criação da Associação de Amigos do Museu do Seridó, visando colaborar com as ações do museu e a captação de recursos. Essa Associação deve ter como finalidade exclusiva o apoio, a manutenção e o incentivo às atividades do Museu do Seridó,

bem como seguir as determinações do Estatuto dos Museus, em especial os artigos 48 a 54 da Lei nº 11.904/2009. A criação da Associação de Amigos do Museu do Seridó também surge como uma forma de promover a participação ativa e o engajamento da sociedade no planejamento e divulgação das ações dos MDS/UFRN (Plano Museológico do Seridó, 2021)

O Programa de Acervos do Museu do Seridó trata do gerenciamento dos acervos de natureza museológica e arquivística, compreendendo as ações de aquisição, guarda, processamento técnico, organização, preservação e difusão.

Segundo o entrevistado, o acervo museológico do Museu do Seridó é constituído por bens adquiridos através de doação e que representam aspectos culturais da identidade do Seridó potiguar. Consoante a entrevista, quando o Museu recebe uma doação de uma peça, a decisão sobre a inclusão no acervo é realizada por uma comissão designada para tal finalidade. São considerados dois aspectos principais: (a) a presença de valor histórico ou cultural da peça e (b) sua adequação ao recorte temático do Museu.

Atualmente há cerca de 849 peças arroladas (listadas) no Museu do Seridó, estando subdivididas nas seguintes categorias: arte sacra erudita (imagens, oratórios e santuários), arte sacra popular, prataria, artesanato, mobiliário, dentre outras. De acordo com o último Relatório Anual do Museu do Seridó (2021) publicado, foram sistematizadas 740 peças na época, o que evidencia um trabalho evolutivo da equipe do museu.

Também foi observado na entrevista que muitos itens ainda necessitam de pesquisa e organização técnica, para dialogarem com as suas respectivas temáticas, principalmente as Artes Sacras, atual cargo-chefe do museu. Faltam informações sobre as peças, como, por exemplo, procedência e período, referências vitais para a contextualização e uso dos bens como fonte de informações e conhecimento.

O entrevistado revelou que a gestão atual conta com uma equipe de 12 pessoas. A gestão do patrimônio cultural é transversal, com atribuições divididas pelos setores, de forma que todas as áreas estão envolvidas na atividade. Dessa forma, registros escassos, ausência de inventários e um limitado corpo funcional, para o estudo e pesquisa das coleções, refletem em referências precárias sobre o acervo do Museu.

Ao acervo museológico se soma ainda o acervo arquivístico, de caráter histórico institucional, que abrange documentação referente às atividades do museu desde sua fundação em 1962 (Plano Museológico do Museu do Seridó, 2021).

4.2. Gestão Patrimonial do Museu do Seridó-RN

Inicialmente, cabe ao Museu do Seridó a responsabilidade pelo controle e documentação do seu patrimônio cultural, conforme estipulado em seu Plano Museológico. Este registro das informações, como destacado por Augustin e Barbosa (2018) e Paaskoski et al (2014), é um dos passos iniciais essenciais para a gestão eficaz do acervo de um museu. Durante a entrevista, é evidente que as principais estratégias de controle patrimonial adotadas pelo Museu do Seridó são métodos físicos e o uso de planilhas eletrônicas.

Esse resultado corrobora com os achados no estudo realizado por Maranhão (2020), ao analisar o controle da documentação da coleção do Museu universitário da UFRPE, no qual não existia uma documentação museológica organizada.

A evidenciação contábil dos *heritage assets* do Museu do Seridó da UFRN torna-se essencial à luz da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que destaca a relevância da contabilização dos ativos culturais e históricos. Além disso, com o Museu vinculado à UFRN, a elaboração e divulgação de informações contábeis assume um papel importante na prestação de contas e na tomada de decisões dos usuários da informação, conforme previsto no MCASP (2024). Mas, de acordo com os dados obtidos na pesquisa, o Museu do Seridó não faz qualquer tipo de evidenciação contábil dos *heritage assets* que compõem o seu acervo patrimonial.

Na entrevista com o historiador, foi visto que os bens culturais do Museu do Seridó não são submetidos a nenhuma mensuração contábil, quanto ao seu custo histórico ou qualquer outra forma de avaliação. Os achados no Museu do Seridó são justificados pelo seu estágio atual da gestão patrimonial, no qual muitos itens ainda demandam pesquisas e levantamentos técnicos, para serem adequadamente atribuídas às suas respectivas áreas temáticas e passarem por avaliações contábeis necessárias.

Tais evidências encontram-se corroboradas no Memorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRBE), onde observou a ausência de qualquer tipo de tratamento contábil dos bens culturais, devido à falta de determinação de valores monetários (Maranhão, 2020).

Esse cenário contrasta com os resultados apresentados por Pires *et al.* (2015), em pesquisa de abrangência internacional, no qual verificou-se que diversos museus em diferentes países apresentaram a mensuração dos seus acervos. Destacando-se a Nova Zelândia e a Austrália, as quais apresentam o detalhamento mais completo e robusto da valoração dos *heritage assets*. As bases de mensuração adotadas são custo histórico, para o reconhecimento inicial, enquanto outros critérios (valor justo, valor de mercado, custo de reposição e julgamento de profissionais especializados) são utilizados na mensuração subsequente. Os *heritage assets* são reconhecidos nas demonstrações contábeis de forma plena, enquanto no Reino Unido, reconhece de forma parcial. Posto isso, evidencia o longo caminho a ser percorrido pelo Museu do Seridó.

Com relação a identificação do valor contábil histórico para a sociedade local dos bens que compõem o acervo do museu, ficou claro que essa evidenciação é realizada por uma comissão de equipe multidisciplinar designada para tal finalidade. Conforme Lima e Correia (2019), a contribuição desses bens públicos é determinada pela economia local das regiões onde estão situados. Dessa forma, o foco está na influência desses bens na promoção do turismo, destacando sua relevância histórica como ponto de interesse para os visitantes.

Então, um critério que poderia ser utilizado para mensurar o valor histórico para a sociedade, seria o método do custo de viagem. Segundo Freire *et al.* (2017) o método calcula os benefícios econômicos atribuídos pela população a um determinado patrimônio com base nos gastos efetivos dos visitantes para viajar até o local e visitar o respectivo bem.

O último tópico abordado na entrevista foi sobre como é feita a divulgação das informações do museu. O entrevistado respondeu que essa demanda chegou ao museu nos últimos anos, através de recomendação do Ministério Público. Para isso, foi construída uma plataforma vinculada à UFRN para intermediar e facilitar o acesso da sociedade ao conhecimento do Museu e seu acervo. O entrevistado detalhou que essa plataforma é chamada de “Acervus” e que ainda está em desenvolvimento.

De acordo com o historiador, os agentes estão fazendo um levantamento geral das peças do museu para cadastrá-las na plataforma. Para tanto, estão trabalhando em conjunto com a equipe de TI da UFRN, com o pessoal do próprio museu e com os bolsistas da instituição. Todavia, não estão previstos ainda o levantamento e divulgação da valoração dos bens contabilmente, na referida plataforma ou em relatório próprio.

Essa evidência diverge do que é recomendado às instituições, considerando ser necessário que as mesmas divulguem, de maneira fiel e representativa, como é feito o tratamento e o gerenciamento de seus bens e quais resultados têm sido obtidos a partir desse processo (Maranhão, 2020). No setor público, o termo *accountability* configura essa ação de prestar contas à sociedade (Pinho; Sacramento, 2009).

Os achados das autoras Biondi e Laspsley (2014) sobre contabilidade, transparência e governanças dos ativos patrimoniais, identificaram desafios na produção de informação técnicas adequadas relacionadas ao patrimônio. Esses desafios somados às práticas contábeis irregulares podem prejudicar a eficiência na gestão patrimonial.

Existe também o site oficial do museu do Seridó, em que pode-se encontrar o “plano museológico”, relatórios de gestão anuais e o regimento interno da instituição. O plano museológico aborda toda a história do museu, o seu diagnóstico, programas e projetos e estratégias de avaliação. Já o relatório de gestão detalha todas as atividades anuais realizadas, avanços na organização e tratamento dos acervos e também as metas para o ano seguinte.

Nesse contexto, apesar das limitações, nota-se que os museus universitários nas Instituições Federais de Ensino (IFES) vêm aprimorando a sua *accountability*, de acordo com os recursos e oportunidades disponíveis.

6. Conclusões

Os resultados dessas pesquisas revelaram um longo caminho a ser percorrido pelo Museu do Seridó quanto aos seus aspectos contábeis na sua gestão patrimonial, principalmente dos *heritage assets* sobre sua guarda. Ficou evidenciado que a instituição não realiza nenhum tipo de mensuração e evidenciação contábil acerca dos bens culturais que compõem o seu patrimônio.

Acerca da divulgação, nenhum bem patrimonial cultural é divulgado nas demonstrações contábeis da UFRN, no qual o Museu do Seridó está vinculado. Esse cenário reflete uma lacuna significativa nos registros e na transparência do patrimônio da instituição, prejudicando a sua transparência e comprometendo a sua prestação de contas com a sociedade.

Esses problemas podem ser vistos em outras instituições, como no caso o Memorial da UFRPE (Maranhão, 2020). Tais problemas podem ser atribuídos a uma série de fatores, como a ausência de literatura específica e normas claras sobre a mensuração, reconhecimento e divulgação dos *heritage assets*. Sem orientações precisas as instituições enfrentam dificuldades em mensurar o real valor desses bens e, assim, apresentá-los de forma transparente.

Igualmente, a falta de profissionais no quadro de pessoal do museu foi destacada como uma questão significativa nesse problema. A ausência de conhecimento pode levar ao não

reconhecimento ou até os erros na mensuração e divulgação dos *heritage assets*, acentuando ainda mais os desafios relacionados à transparência na prestação de contas da entidade.

Fica claro na entrevista que a atual etapa na gestão patrimonial do Museu encontra-se na pesquisa e organização técnica de alguns bens que compõem o acervo, possibilitando dialogarem com as suas respectivas temáticas. Mas é só uma primeira etapa, o entrevistado deixou claro que configura como meta futura, a divulgação dos bens na plataforma Acervus.

Portanto, propõe-se ao Museu do Seridó a adoção de métodos contábeis. Apesar dos desafios enfrentados, inclusive devido à natureza peculiar dos *heritage assets*, é crucial explorar dispositivos normativos relacionados ao tema, como o MCASP e a NBC TSP 07, e adotá-los na realidade do Museu. Essa abordagem não apenas facilitará a gestão e a transparência do patrimônio cultural, mas também garantirá uma integração dos bens culturais na contabilidade da UFRN.

Fica claro na entrevista que a atual etapa na gestão patrimonial do Museu encontra-se na pesquisa e organização técnica de alguns bens que compõem o acervo, possibilitando dialogarem com as suas respectivas temáticas. Mas é só uma primeira etapa, o entrevistado deixou claro que configura como meta futura, a divulgação dos bens na plataforma Acervus.

Sugere-se o desenvolvimento de trabalhos futuros sobre Museus, com ênfase na mensuração, reconhecimento e divulgação contábil dos *heritage assets* dos museus universitários, como forma de contribuir a esses desafios enfrentados por essas entidades e contribuir para o avanço da literatura.

Referências

AVERSANO, Natalia; CHRISTIAENS, Johan; POLCINI, Paolo Tartaglia; SANNINO, Giuseppe. Accounting for *heritage assets*. **International Journal Of Public Sector Management**, [S.L.], v. 33, n. 2/3, p. 307-322, 18 jul. 2019. [Http://dx.doi.org/10.1108/ijpsm-12-2018-0275](http://dx.doi.org/10.1108/ijpsm-12-2018-0275). Acesso em: 17 de maio de 2025

AUGUSTIN, R. F. G; BARBOSA, C. T. Políticas de gestão de acervos: possíveis fontes de informação para tomada de decisão nos museus. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 8, n. 1, p. 134-154, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/35036>. Acesso em: 05 de maio de 2025

BARTON, A. D. Accounting for public heritage facilities: assets or liabilities of the government? **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 13, n. 2, p 219-235, 2000.

BARTON, Allan. The conceptual arguments concerning accounting for public *heritage assets*: a note. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, [S.L.], v. 18, n. 3, p. 434-440, 1 jun. 2005. [Http://dx.doi.org/10.1108/09513570510600774](http://dx.doi.org/10.1108/09513570510600774).

BIONDI, Lucia; LAPSLEY, Irvine. Accounting, transparency and governance: the *heritage assets* problem. **Qualitative Research In Accounting & Management**, [S.L.], v. 11, n. 2, p. 146-164, 10 jun. 2014. [Http://dx.doi.org/10.1108/qram-04-2014-0035](http://dx.doi.org/10.1108/qram-04-2014-0035).

Campos, L., Santos, V., & Lima, D. (2016). Ativos Culturais: uma análise do tratamento contábil em cidades históricas do estado de Goiás. **Revista Universo Contábil**, 12(3), 06-25. <https://dx.doi.org/10.4270/ruc.2016318>. Acesso em: 17 de maio de 2025

CARVALHO JÚNIOR, Luiz Carlos de; MARQUES, Matheus de Mendonça; FREIRE, Fatima de Souza. Mensuração de ativos culturais: aplicação do método do custo de viagem e método de valoração contingente no memorial darcy ribeiro. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 394-413, 10 maio 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v10i2.1081>. Acesso em: 20 maio 2025.

Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus. **International Council Of Museums Brasil**. Disponível em: <[\(Microsoft Word - C\363digo de \311tica Lus\363fono iii 2009.doc\) \(icom.org.br\)](#)>. Acesso em: 20 mar. 2025

Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 01 Receita de Transação Sem Contraprestação (2016). **Brasília: CFC**. Disponível em: [NBC TSP – do Setor Público | ::Conselho Federal de Contabilidade::](#). Acesso em: 20 de maio de 2025.

Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 07 Ativo Imobilizado (2017). **Brasília: CFC**. Disponível em: [NBC TSP – do Setor Público | ::Conselho Federal de Contabilidade::](#). Acesso em: 20 de maio de 2025.

FERRI, Paolo; SIDAWAY, Shannon I.L.; CARNEGIE, Garry D.. The paradox of accounting for cultural heritage: a longitudinal study on the financial reporting of *heritage assets* of major australian public cultural institutions (1992-2019). **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, [S.L.], v. 34, n. 4, p. 983-1012, 20 jan. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/aaaj-01-2019-3807>. Acesso em: 20 maio 2020.

GIL, Antônio Carlos, **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

HASSAN, Nor Laili; SAAD, Natrah; AHMAD, Halimah Nasibah; SALLEH, Md. Suhaimi Md.; ISMAIL, Mohamad Sharofi. **The Accounting Practices of Heritage Assets**. *International Journal of Economics and Financial Issues*, [S. l.], v. 6, n. 6S, p. 80–83, 2016. Disponível em: <https://econjournals.com/index.php/ijefi/article/view/3120>. Acesso em: 17 de maio de 2025.

HOOPER, Keith; KEARINS, Kate; GREEN, Ruth. Knowing “the price of everything and the value of nothing”: accounting for *heritage assets*. **Accounting, Auditing & Accountability**

Journal, [S.L.], v. 18, n. 3, p. 410-433, 1 jun. 2005.
[Http://dx.doi.org/10.1108/09513570510600765](http://dx.doi.org/10.1108/09513570510600765). Acesso em: 17 de maio de 2025.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. *International Public Sector Accounting Standard 17: Property, Plant and Equipment*. New York: IPSASB, 2010. Disponível em: < https://www.ifac.org/_flysystem/azure-private/publications/files/A26%20IPSAS_17.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2025

LIMA, A. C. S.; CORREIA, J. J. A. *'Heritage Asset'*: Mapeamento do Perfil das Publicações Científicas sobre Bens Culturais nos Principais Periódicos Internacionais no Período de 2000 a 2017. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, v. 5, n. 3, p. 18-37, 2019

MARANHÃO, M. H. P. B.; Ribeiro, E. S. Alternativas para o reconhecimento e evidenciação contábil dos *heritage assets* em museus de universidades públicas: um estudo no Memorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio | MAST** – vol.14, no1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.52192/1984-%203917.2021v14n1p347-372>

NAPIER, Christopher J.; GIOVANNONI, Elena. Accounting for *heritage assets*: thomas holloway's picture collection, 1881 :2019. **The British Accounting Review**, [S.L.], v. 53, n. 2, p. 100944, mar. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.bar.2020.100944>. Acesso em: 20 maio 2025

NECO, Luis Antonio do Nascimento. MENSURAÇÃO DE BENS CULTURAIS MUSEALIZADOS: UMA PROPOSIÇÃO DE ESTIMAÇÃO DO VALOR JUSTO DAS OBRAS DE CÍCERO DIAS INCORPORADAS AO ACERVO DO MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO. 2013. 189 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – Dcca, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2022.

PAASKOSKI, L.; EKOSAARI, M.; JANTUNEN, S.; PANISSET (TRADUÇÃO), A. M. Checklist para uma política de gestão de acervos. PÓS: **Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, Belo Horizonte, p. 200–229, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15490>. Acesso em: 05 de maio de 2025

PADILHA, R. C. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Coleção estudos museológicos. v.2. Florianópolis: FCC, 2014.

PINHO, José Antônio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. *Accountability: já podemos traduzi-la para o português?* **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, 2009

PIRES, C. B.; RIBEIRO, D. C.; NIYAMA, J. K.; MATIAS-PEREIRA, J. *Heritage assets: procedimentos para o reconhecimento e a mensuração adotados pelos museus*. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 14, n. 2, p. 623-652, 2015

PIRES, Charline; NIYAMA, Jorge Katsumi; BEUREN, Ilse Maria; OTT, Ernani. *HERITAGE ASSETS: reconhecimento, mensuração e evidenciação em museus*. **Advances In Scientific And Applied Accounting**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 54-67, 15 jul. 2022. Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT). <http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2022150103>.

Plano Museológico do Museu do Seridó. Museu de Caicó. Caicó, 2021.

Disponível em: https://www.museudoserido.ufrn.br/files/ugd/7d793e_0017fcd7ec554451b633be6e5bcf91cd.pdf. Acesso em: 28 de abril de 2024.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). 11ª edição. **Brasília: Ministério da Fazenda**. Disponível em: [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público \(MCASP\) - 2024 12 23 — Tesouro Transparente](#). Acesso em: 20 de maio de 2025

STANTON, P.J.; STANTON, P.A.. Governmental accounting for *heritage assets*: economic, social implications. **International Journal Of Social Economics**, [S.L.], v. 24, n. 7/8/9, p. 988-1006, 1 jul. 1997. [Http://dx.doi.org/10.1108/03068299710178973](http://dx.doi.org/10.1108/03068299710178973). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/03068299710178973>. Acesso em: 20 maio 2025.

WOLF, Anshi de; CHRISTIAENS, Johan; AVERSANO, Natalia. *Heritage assets in the due process of the International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB)*. **Public Money & Management**, [S.L.], v. 41, n. 4, p. 325-335, 17 fev. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09540962.2020.1727114>. Acesso em: 20 maio 2025